

A Antropologia e a Década Internacional das Línguas Indígenas: questões de ontologia e linguagem

Danilo Paiva Ramos¹

Professor Efetivo em Antropologia Social/Universidade Federal de São Carlos

<https://orcid.org/0000-0002-3169-504X>

danilo.ramos@ufscar.br

Introdução

A Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI), instituída pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2019, tem como objetivo promover ações contínuas e efetivas para o reconhecimento, valorização e manutenção das línguas indígenas no mundo. No Brasil, o grupo de trabalho nacional da DILI vem realizando um levantamento das ações de fortalecimento, revitalização e retomadas linguísticas no país, podendo essas ações ser vistas como estando em continuidade com o Inventário Nacional da Diversidade Linguística que, desde 2010, está a cargo do IPHAN e busca coletar informações abrangentes sobre todas as línguas do Brasil para identificar a situação atual de cada uma delas e subsidiar políticas públicas favoráveis ao patrimônio linguístico.

“Nada para nós sem nós” é o lema da DILI, afirmado desde a Declaração de Los Pinos – Chapoltepek, que estabeleceu a participação efetiva dos povos indígenas na tomada de decisão, consulta, planejamento e implementação como princípios norteadores. Assim, as ações do GT da DILI vêm sendo marcadas pelo protagonismo de linguistas indígenas e de lideranças de diferentes povos para a elaboração de políticas linguísticas locais, regionais e nacionais, além da afirmação da necessidade de valorização das concepções sobre língua e comunicação de cada povo, e do importante foco na documentação das Línguas de Sinais Indígenas e do Português dos Povos Indígenas. Desta forma, não é possível mais somente a imposição de conceitos e entendimentos sobre língua e linguagem de áreas acadêmicas como a Linguística e a Antropologia.

1 Coordenador do Grupo de Pesquisas em Etnografia, Linguagem e Ontologia (ELO).

Os processos atuais e participativos de registro, fortalecimento, retomada/revitalização linguística e de artes verbais vêm impondo a necessidade de recolocar a questão sobre “o que é uma língua” e sobre “quais as naturezas da linguagem”. Se para a Linguística o conceito de língua envolve as formas de comunicação entre pessoas humanas, vivas e pertencentes a comunidades de fala, para a maior parte dos povos indígenas as teorias da linguagem envolvem pensar também a comunicação com espíritos, encantados, antepassados, plantas e animais. A convergência dessas perspectivas diversas sobre a linguagem gera impasses e sérias questões para valorização da diversidade linguística.

Tomando como ponto de partida a proposta do GT nacional da Década Internacional das Línguas Indígenas, o presente trabalho busca sinalizar possibilidades de diálogo da Antropologia com a DILI através das perspectivas da etnografia da fala/comunicação e da abordagem ontológica nos estudos sobre linguagem para um entendimento do multinaturalismo e das dimensões cosmopolíticas envolvidas em processos de registro, retomada/revitalização linguísticas e documentação/fortalecimento de artes verbais indígenas.

Em um primeiro momento, serão analisados-comparados os conceitos de língua e linguagem que constam nos documentos de base para a instituição do Inventário Nacional da Diversidade Linguística – IPHAN (2016), e da Década Internacional das Línguas Indígenas. Em seguida, será apontado o modo como as abordagens da *etnografia da fala* e dos estudos de *Ontologia e Linguagem*, ao contraporem-se criticamente à naturalização e objetificação da linguagem, consolidam perspectivas que abrem possibilidades de diálogo com os objetivos da DILI.

O inventário Nacional da Diversidade Linguística – INDL e a Década Internacional das Línguas Indígenas

A comparação entre as propostas do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL, 2016) e da Década Internacional das Línguas Indígenas no Brasil (DILI) aponta para uma mudança relevante no entendimento dos modos de construção de ações políticas voltadas ao registro e salvaguarda da diversidade linguística.

Com uma década de diferença da DILI, o Decreto N. 7.387 de 09/12/2010, que institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), os *Guias de Pesquisa e Documentação: Patrimônio e diversidade linguística* (2016) e demais documentos base para a política de registro, valorização e salvaguarda da diversidade linguística, adotam a perspectiva da patrimonialização de línguas, sendo as línguas indígenas vistas como um conjunto específico que compõe com outros a diversidade linguística nacional (variantes do português, línguas crioulas, línguas de imigração, línguas de sinas etc.).

Interessam aqui as concepções de língua e a abordagem metodológica que delineiam os contornos da perspectiva do INDL de entendimento das línguas indígenas e a forma de registrá-las e valorizá-las. As línguas indígenas surgem como uma categoria de línguas, definidas como autóctones e originárias do continente sul-americano e faladas por populações indígenas (2016, p. 13). As línguas indígenas são percebidas também a partir do risco, já que metade delas possui menos de cem falantes, e a ameaça de extinção de línguas indígenas gera consequências irreparáveis para os falantes e para a humanidade, impactando diretamente sobre a diversidade cultural, gerando a perda de meios específicos e historicamente constituídos de conceber, conhecer e agir sobre o mundo (p. 23). Segundo a concepção do INDL:

A diversidade linguística encontra-se sob ameaça. Das cerca de 6.700 línguas faladas no mundo, 90% são faladas por apenas 4% da população mundial e 50% das línguas estão ameaçadas de desaparecerem até o final deste século (UNESCO, 2006). No Brasil, o declínio dessa diversidade é notório se considerarmos a perspectiva histórica. Segundo Rodrigues (1993, p. 90-93), pelo menos 1.078 línguas indígenas eram faladas em território brasileiro no tempo da chegada dos colonizadores portugueses, das quais hoje sobrevivem menos de 30% (INDL, 2016, p.22).

As línguas indígenas são concebidas a partir dos riscos de desaparecimento e de um gradiente de vitalidade. São línguas de minoria em oposição às línguas nacionais, hegemônicas, e de imposição do monolinguismo. Esta adjetivação negativa conduz à percepção de falta de potência-força de línguas que, apesar disso, são responsáveis pela diversidade linguística do Brasil e do mundo.

O conceito de língua é definido como sendo uma entidade abstrata, heterogênea e dinâmica que tem nas variantes suas manifestações concretas. Adota-se a definição de Coseriu (2016, p. 35 apud Coseriu, 1982) de que *língua* é um conceito baseado em uma abstração em dois níveis, um sistêmico (sistema baseado em um conjunto de normas, signos, e convenções sociais) e outro simbólico-político (referente a valores socioculturais, políticos e ideológicos constituídos historicamente e na relação com outras línguas) (p. 26-35). Tendo como referência autores de antropologia linguística (Gumperz, 2009; Duranti, 2009), adota-se também o conceito de *comunidade linguística*: população que fala a língua de referência e/ou identifica-se com ela por pertencimento étnico ou filiação a falantes desta língua (p. 36), e o conceito de *comunidade de referência*: grupo social específico de uma comunidade linguística com o qual os inventários são desenvolvidos (idem).

No que diz respeito à metodologia, coloca-se a importância da delimitação territorial e demográfica da pesquisa, tendo sempre a participação e protagonismo comunitários

como princípio para a realização do inventário. As equipes devem ser constituídas por especialistas (linguistas e cientistas sociais) e membros da comunidade de falantes. O inventário divide-se em três etapas (inicial, desenvolvimento e conclusão), sendo previsto o planejamento, capacitação, anuência, mobilização e levantamento inicial (etapa 1); a pesquisa de campo com a aplicação de instrumentos de pesquisa (entrevistas, reuniões, questionários, documentação audiovisual) (etapa 2); e sistematização de informações, anuência, reuniões devolutivas à comunidade, promoção e divulgação dos resultados, inclusão da língua no INDL (etapa 3).

A produção de conhecimento e a documentação linguística estabelecem-se a partir de bases linguísticas e antropológicas, o que se relaciona com o fato de pesquisadores (as) de ambas as áreas assumirem protagonismo nos GTs e comissões de formulação e implementação da política. Para a submissão de uma proposta, o coletivo indígena precisa, necessariamente, de um técnico-linguista responsável pela orientação e validação do processo a partir dos critérios do IPHAN e do campo acadêmico.

Fortemente concebida a partir da perspectiva sociolinguística, a abordagem metodológica visa a: estabelecer o grau de risco e vitalidade da língua; a língua e suas variantes; a relação entre a língua e o contexto escolar; caracterizar a comunidade linguística; o grau de transmissão intergeracional; qual a língua mais utilizada pelo indivíduo e/ou pela comunidade plurilíngue; dinâmicas de uso da língua de referência; atitudes linguísticas da comunidade e língua(s) de maior importância.

A abordagem teórico-metodológica da etnografia é reduzida a uma técnica de observação que pode ou não ser utilizada para melhor entendimento das dimensões objetivas, interpretativas e deliberativas. Desse modo, o INDL adota a estratégia da pesquisa participante e do respeito à ética em pesquisa para constituir um panorama sociolinguístico da diversidade das línguas indígenas, orientado por conceitos próprios à Linguística (descritiva, sociolinguística e etnolinguística), mantendo-se pouco aberto às ideologias e às teorias da linguagem dos (as) interlocutores (as) de pesquisa, postura essa que difere radicalmente das propostas do GT nacional da DILI.

Na Carta de Belém das Línguas dos povos indígenas do Brasil (Seminário Viva Língua Viva) de 22/11/2022, a adesão e engajamento de povos indígenas, lideranças, governantes e ONGs à convocação da UNESCO para Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032) em ações de manutenção, fortalecimento, vitalização, revitalização/retomada das línguas indígenas são afirmadas uma “alternativa para frear o desequilíbrio global que impacta diretamente a vida dos seres vivos do planeta” (2022, p. 01). A extinção, adoecimento, e desaparecimento de línguas relacionam-se à crise climática, desmatamento,

poluição, sendo as línguas indígenas entendidas como fazendo parte da espiritualidade e vida da Mãe Terra, constituindo, língua e Mãe Terra, um mesmo corpo. As ameaças à natureza (clima, rios, terras, florestas) são também ameaças às culturas e línguas. A luta em defesa das línguas indígenas deve ser integrada à luta em defesa e demarcação dos territórios indígenas, já que as línguas se integram aos territórios, à espiritualidade, e ao bem estar dos falantes. As línguas são a memória e permitem que ancestrais guiem as gerações atuais, expressando conhecimentos milenares, resistência, história e culturas (p. 01). Ao final do documento, uma lista de povos representados soma-se a uma lista assinada por representantes indígenas, pesquisadores e professores (as) indígenas e não indígenas, gerando o sentido de um entendimento coletivo comum e interétnico sobre a concepção de língua e de política linguística.

No documento do GT da DILI: “Diretrizes para a criação de políticas linguísticas para o fortalecimento das línguas indígenas no Brasil” de 2023, são os espíritos dos ancestrais que convocam povos indígenas, lideranças, governantes e ONGs para agirem em prol do fortalecimento das línguas indígenas do planeta. No tempo atual, os espíritos das línguas e os ancestrais “usam os sons dos maracás, dos cantos dos rituais, dos ventos, das aves, dos animais, de todos os instrumentos xamânicos” para frear ações que causam a morte do planeta – queimadas, poluições, contaminações, ameaças à biodiversidade planetária (2023, p. 01), “os espíritos ancestrais dos nossos antigos, que são a vida do planeta, despertam e falam por meio das línguas” (idem).

Afirma-se uma nova realidade epistêmica através desse despertar pleno de saberes, vida e concepções de mundo, independentes do sujeito que observa, colocando um desafio à ciência e aos conhecimentos ocidentais. Rituais, cantos, animais, rios, aves, cosmovisão, saberes tradicionais, curas, ensinamentos manifestam a presença dos espíritos das línguas (não visíveis). As concepções de “espírito dos povos originários” e língua-espírito expressam sentidos ontológicos partilhados e traduzíveis em diferentes línguas indígenas como: língua de vida, língua-território, palavras de vida, palavra do coração. Constitui-se uma proposta de concepção geral de língua-espírito (Sujeito do fazer), distinta das concepções ocidentais de língua, relacionada à ancestralidade (línguas ancestrais) e que representa mundos e a diversidade das ontologias dos povos originários (p. 02).

Ao analisarem o processo de construção de políticas linguísticas da DILI, Rubim, Bomfim e Meirelles (2022) destacam a importância do protagonismo indígena e da nova epistemologia que parte da concepção de línguas-espírito (ancestrais) para salientar a centralidade das concepções e teorias sobre a linguagem dos diferentes povos indígenas. Tal protagonismo e autonomia indígenas revelam-se pela criação da Rede de Pesquisadores

(as) Indígenas de Línguas Ancestrais (níveis local, regional e nacional), pela reflexão crítica que aponta para a descolonização de saberes sobre as línguas indígenas, pela integração da luta pelos direitos linguísticos às lutas por território, saúde, educação diferenciada e defesa da vida e do planeta.

De modo autônomo e em parceria com pesquisadores (as) não indígenas; pesquisadores (as), lideranças e professores (as) indígenas vêm concebendo novas formas de ação, pesquisa, registro e apoio a processos de revitalização/retomada que, de acordo com as propostas do GT da DILI de 2023 envolvem: o combate ao preconceito e silenciamento linguísticos (reflorestar as mentes); a promoção das línguas indígenas de sinais; a produção de materiais escritos nas línguas indígenas; a criação de programas de transmissão intergeracional de línguas indígenas; priorização de política para o multilinguismo e plurilinguismo; o apoio a movimentos e organizações indígenas em ações visando os direitos linguísticos; a política afirmativa e de respeito ao português indígena; as políticas de reparação e de compensação por danos causados pelo extermínio e repressão das línguas dos povos originários; a consulta livre prévia e informada para a implementação de políticas linguísticas; o apoio à criação de centros de documentação linguística; o apoio à formação de tradutores e intérpretes indígenas; a promoção e valorização dos mestres e mestras tradicionais no ensino de língua e cultura (2023).

De um lado, a pauta de reivindicações da DILI estabelece parâmetros abertos e abrangentes para estratégias e distintas abordagens metodológicas que embasem ações de registro, fortalecimento, retomada/revitalização das línguas indígenas. Línguas-espírito e falantes indígenas (atuais e ancestrais) protagonizam não um inventário, mas uma luta pela vida, pelo território, pela defesa do planeta. Isso se dá de modo distinto dos documentos do INDL que, partindo de uma abordagem disciplinar, pré-define conceitos, metodologias e técnicas de pesquisa a serem adotadas *a priori*, o que garante, ao final, a integração da língua ao INDL e, a partir da validação técnico científica, a implementação governamental de ações para o fortalecimento linguístico, visando a vitalidade da língua separada das demais lutas e reivindicações das comunidades indígenas. Enquanto para a DILI visa-se a conjunção de protagonistas indígenas (ancestrais e viventes) com as línguas-espírito, que são também a vida/terra/ancestrais; para o INDL busca-se a conjunção das línguas específicas com o multilinguismo salvaguardado por meio da promoção da equidade em meio a uma política multicultural protagonizada por pesquisadores especialistas (Sujeitos do fazer) que têm como valor a catalogação e classificação de línguas-objetos.

Ontologia, linguagem, etnografia e a DILI

Em uma entrevista, ao comentar sobre a importância dos diálogos interdisciplinares entre a Linguística e a Antropologia no Brasil, a profa. Yonne Leite (2009) destacou o papel fundamental que Mattoso Câmara Jr. e Aryon Rodrigues tiveram na consolidação do campo de estudos das línguas indígenas, iniciando programas de pós graduação na UnB e Museu Nacional, e atuando pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) em prol do fomento à documentação de línguas indígenas no país. Entretanto, para ambos os linguistas, dado o risco de perda e extinção destas línguas havia urgência na implementação de ações de documentação linguística, o que fez com que em 1958, como mostra Seki (1999), fosse celebrado o acordo de cooperação entre o Museu Nacional e o *Summer Institute of Linguistics* (SIL). O acordo, mediado pelo antropólogo Darcy Ribeiro, possibilitou a atuação missionária e proselitismo religioso junto a diversos povos indígenas, gerou uma documentação fragmentária e imprecisa das línguas indígenas (Rodrigues, 2009), em uma ação que, em nome de salvar/salvaguardar as línguas indígenas, buscava impor mudanças culturais, a partir de uma estratégia de violência colonial, epistêmica e religiosa.

Deste modo, uma operação epistemológica importante realizada pela DILI coloca-se na interrupção do procedimento acadêmico (Linguística e Antropologia) de autonomização/separação da esfera linguística dos demais âmbitos da existência e vida dos povos indígenas. Assim, a concepção de Língua-espírito que, de modo amplo, garante a abertura aos diversos conceitos e teorias da linguagem dos povos indígenas, e não separa a língua da luta pela vida, território, preservação ambiental, educação, contrapõe-se à própria história de políticas e ações linguístico-antropológicas do país voltadas a documentar/salvar/salvaguardar as línguas indígenas em detrimento de seus modos de vida, culturas, cosmovisões, protagonismos e luta por direitos.

Tal posicionamento epistemológico faz com que qualquer atuação que parta dos campos acadêmicos da Linguística e da Antropologia tenha que criticar e rever seus pressupostos conceituais e, principalmente, o modo como definem os conceitos e abordagens teórico-metodológicas voltadas à documentação e análise de fenômenos linguísticos. Partindo do posicionamento da DILI, passo agora a descrever criticamente as perspectivas da *etnografia da fala*, do *multinaturalismo linguístico* e da *cosmopolítica linguística* que, a meu ver, constituem possibilidades teórico-epistemológicas relevantes para um diálogo e atuação conjunta nas ações de fortalecimento, documentação e retomada linguísticas a serem implementadas pela DILI.

A Antropologia Linguística, subcampo da Antropologia, volta-se ao estudo da inter-relação entre Linguagem e Cultura, realizando o estudo da fala e da linguagem no contexto

da Antropologia (Dell Hymes, 1967). Adotando uma perspectiva relacional sem isolar os fenômenos linguísticos dos demais fenômenos culturais, busca-se entender a linguagem como instrumento social e a fala como prática cultural, sendo a linguagem vista como modo de pensamento, prática cultural e modo de ação (Duranti, 1999).

A *etnografia fala* parte da abordagem teórico-metodológica da etnografia para enfocar fenômenos linguísticos verbais e escritos. O discurso é entendido como nexos entre Língua e Cultura, sendo enfatizado o modo como o discurso incorpora a arte verbal, a transformação e a ação performativa. Segundo Sherzer (1987) “É no discurso verbal, lúdico e artístico, que encontramos a linguagem ativada em seu pleno potencial e poder, possibilidades inerentes à gramática são tornadas salientes, e seus potenciais são atualizados” (1987, p. 297). O discurso incorpora a linguagem, e é discursivamente que a cultura é transmitida através de gêneros, estilos, performances que criam e recriam a gramática, entendida como um conjunto de potenciais (1987, p. 306).

Para essa perspectiva, é importante notar que boa parte da produção antropológica se baseia em dados de linguagem: relatos de campo, descrições, narrativas, crônicas de situações. A observação participante das interações sociais e comunicativas é o que permite não adotar apenas entrevistas, questionários e instrumentos de pergunta e resposta para o desenvolvimento da pesquisa sobre gêneros verbais, práticas de escrita e letramento, performances orais. Para Dell Hymes (1964) a linguagem e o discurso têm um padrão que se estabelece por si mesmo, e que é distinto da gramática da língua. A partir da etnografia da fala a atenção do pesquisador volta-se aos eventos de fala tomados através da interrelação entre : contexto (tempo e local do evento); participantes (possíveis ou atuais remetente, destinatário e audiência), propósito (função e objetivos do evento); variedades linguísticas e estilos; organização verbal constitutiva do ato de fala, normas de interação, modos de performance; e gêneros verbais.

A etnografia da fala constitui-se assim como uma abordagem teórico-metodológica importante para a Antropologia Linguística, permitindo descrever o uso que os falantes fazem da linguagem de modo atento às dimensões multimodais, interações, gestos e contextos. Por meio da etnografia da fala, os pesquisadores buscam entender as conceitualizações locais das práticas comunicativas; a distribuição espacial dos usos da linguagem; e as diferenças de entendimento entre linguagem ritual e linguagem cotidiana. Procura-se avaliar até que ponto as descrições gramaticais refletem os usos da linguagem real, ou se apenas refletem os usos especiais como aqueles orientados à alfabetização. O interesse das pesquisas volta-se também à descrição da organização básica da relação entre sons e sentido, tal como aparece no uso da linguagem real nas diversas atividades sociais (Duranti, 2000).

Situando-se no âmbito da Antropologia Linguística e em diálogo constante com a Linguística descritiva, a *etnografia da fala* adota uma série de convenções para o registro, transcrição, tradução e análise de dados. O aprendizado da língua ou variante dos (as) interlocutores (as) é fundamental para o entendimento aprofundado das práticas discursivas, bem como para o aprimoramento da *escuta* atenta e ativa. As técnicas de pesquisa envolvem o uso de gravadores e câmeras de vídeo para o registro de situações comunicativas de modo não invasivo e atento às dimensões multimodais das interações.

Nesta abordagem próxima à visão do INDL, a língua continua sendo o atributo de diferenciação entre humanos e animais (não humanos) e de diferenciação de um coletivo de outro (comunidade de fala, diversidade linguística) (indexicalização). Ao analisar a “crença” de interlocutores (as) sobre a linguagem e fenômenos linguísticos, projeta-se o sentido de não real e/ou falso sobre os saberes do outro, assumindo o lugar (a) do analista como tendo status de verdade e realidade privilegiados. A equivalência entre as línguas, sendo estas um fenômeno cultural constituído sobre um fundo de natureza (sons, ruídos, barulhos) também se coloca como uma base deste campo que pressupõe a equivalência ontológica entre as línguas e a oposição entre Culturas/Línguas (plural) X Natureza (singular) para a definição conceitual. Língua é definida como capacidade de representação simbólica, base da singularidade humana e da capacidade de pensamento reflexivo.

Um dos temas importantes de estudo através da etnografia da fala vem a ser o das ideologias linguísticas, entendidas como sistemas de crenças sobre a linguagem articulada de falantes, formas de racionalização ou de justificação sobre as estruturas e formas de uso percebidas (Silverstein, 1996). A pesquisa abre-se às conceitualizações sobre a linguagem de comunidades sobre suas práticas sociais e linguísticas, à relação com a identidade coletiva e à mediação na relação com outras comunidades. São enfocadas as descrições analíticas de formas linguísticas particulares: gêneros discursivos, arte verbal, linguagem ritual, multimodalidade, comunicação humano-não humano. Busca-se refletir sobre o que é uma língua em um dado contexto, para pessoas e comunidades específicas, suas crenças manifestas sobre o que a língua e os fenômenos linguísticos são. Adota-se uma visão da linguagem como um conjunto de estratégias simbólicas que fazem parte do tecido social e da representação individual de mundos possíveis e/ou reais (Duranti, 1997, p. 22).

A ênfase dos estudos de Antropologia Linguística na ideologia linguística acentuou as dimensões políticas e de contribuição para a definição da identidade étnica dos diferentes grupos. Essa ênfase fez com que os estudos tenham deixado de lado os vários modos de conceitualizar linguagem e interação relacionados às práticas e conhecimentos

xamânicos, à vida ritual e à comunicação transespecífica. Como afirma Hauck (2023), ao mobilizar o conceito de linguagem, antropólogos, linguistas e interlocutores muitas vezes não estão falando sobre a mesma coisa (Hauck, 2023, p. 49).

Como venho tentando mostrar, professores, xamãs, parteiras, caçadores, intelectuais indígenas constituem *proposições ontológicas sobre a linguagem*, complexas elaborações metalinguísticas e meta discursivas a partir de suas interações comunicativas, artes verbais, gêneros de discurso ritual, pragmáticas e interagências cosmopolíticas (Ramos, 2023). Como delineei em outro trabalho,

O registro ontológico da linguagem parece ganhar relevo quando o empreendimento reflexivo entende não apenas a relação entre proposições ontológicas e a singularidade da cultura e crenças nativas, mas também uma reflexividade que contrapõe as elaborações teóricas vividas de diferentes coletivos e aquelas que guiam o próprio pesquisador no contínuo entre o sensível e o inteligível (Ramos, 2023, p. 185).

Se para a Linguística e a Antropologia Linguística o conceito de língua envolve as formas de comunicação entre pessoas humanas, vivas e pertencentes a comunidades de fala, para a maior parte dos povos indígenas as teorias da linguagem envolvem pensar também a comunicação com espíritos, encantados, antepassados, plantas e animais, tal como deixa evidente a proposta da DILI. É nesse sentido que as propostas da DILI, ancoradas no conceito de Língua-Espírito, parecem estar colocando no centro de reflexão a importância de se pensar não só sobre a multiculturalidade linguística (como para o INDL), mas também sobre a multinaturalidade linguística, partindo de uma perspectiva ontológica e seguindo para além das oposições entre Natureza e Cultura; Vida e Morte; Real e Imaginário (representado) (Hauck & Heurich, 2018). Segundo Hauck (2023), o objetivo da abordagem do multinaturalismo linguístico estaria em reconhecer que existem distinções ontológicas de linguagem tanto internas nas regiões etnográficas, entre regiões etnográficas e dentro dos coletivos de comunidades. Seria possível assim a abertura ontológica a múltiplas naturezas linguísticas, situando entendimentos sobre a linguagem em relação a ideias de *Ser e Existência*.

Tal proposta alinha-se à perspectiva de análise denominada “virada ontológica em antropologia”, que consolida uma abordagem voltada à reorientação metodológica para transformar o campo analítico e perceptivo antropológico, de modo a colocar em suspensão modelos teóricos e pressupostos, redimensionando a hierarquia entre material etnográfico e conceitos. Parte-se de uma crítica aos grandes divisores que geralmente orientam o fazer etnográfico através das oposições entre natureza e cultura; indivíduo e sociedade; matéria e símbolo; método (dado) e teoria. A experimentação empírica,

teórica e metodológica é vista como chave para reconfigurar a atividade antropológica. Para tanto, essa experimentação exige intensificar os modos de pensamento do campo baseados na reflexividade, conceitualização e na experimentação analíticos (Holbraad & Pedersen, 2017).

Buscando articular a proposta da “virada ontológica” aos estudos de antropologia linguística e semiótica, Hauck e Heurich (2018) delineiam uma perspectiva voltada à reflexão sobre as “múltiplas naturezas da linguagem”. A perspectiva do multinaturalismo linguístico, no âmbito dos estudos de ontologia e linguagem, interroga então sobre quais as naturezas da linguagem, entendendo que a comunicação e a linguagem não são exclusivas dos humanos para muitas teorias da linguagem não ocidentais, sendo fundamental a comunicação transespecífica e a metarreflexão constante sobre os falares de espíritos, plantas, animais, dentre outros.

A partir deste ponto de vista, propõe-se que a língua varia não só através das culturas, mas também através das naturezas. Esta abordagem permite estar atento às complexas relações comunicativas entre e com seres não humanos utilizando formas linguísticas especiais e variadas. Busca-se tomar o que interlocutores (as) dizem como sendo real, sem vincular suas falas e reflexões a conceitos como crença e representação (idem). Deste modo, abre-se a possibilidade de questionar o *status* ontológico de conceitos como forma, signo e relação. Segundo Hauck:

Assim, uma multiplicidade linguístico-natural está intrinsecamente conectada a outras diferenças ontológicas, tanto no sentido de diferentes regimes ontológicos, como no sentido dos diferentes mundos assim revelados (Hauck, 2023, p. 62).

Não abordar a Língua como um fenômeno natural e unificado faz com que seja possível pensar reflexivamente sobre fenômenos expressos discursivamente como encantamentos, sonhos, canções, narrativas (gêneros discursivos), situações comunicativas e ideologias linguísticas. Torna-se especialmente relevante a comparação entre a atenção metalinguística e metarreflexiva de interlocutores sobre o fenômeno linguístico, geralmente em contextos de mudança linguística e dos gêneros verbais. Como aponta Hauck (2023), as formas rituais de comunicação realçam a materialidade da linguagem e minimizam sua referencialidade, permitindo a comunicação estendida com não humanos (animais e espíritos), e permitindo que o praticante se posicione simultaneamente a partir de diferentes perspectivas, fluindo entre diferentes domínios cosmológicos.

Num sentido próximo, Durazzo e Bonfim (2023) propõe o entendimento da área etnolinguística do Nordeste brasileiro como a área das Línguas Encantadas. Distanciam-

se assim de caracterizações das línguas indígenas da região como “mortas”, busca-se escutar atentamente, assessorar e descrever etnograficamente processos de retomada de línguas como os dos povos Tuxá e Anacé, que envolvem uma compreensão abrangente da vitalidade linguística, a partir da qual as concepções de interlocutores indígenas sobre língua, transmissão, e falantes apontam para a comunicação com metres encantados e uma multiplicidades de seres.

Em diferentes trabalhos (Durazzo & Bonfim, 2023; Bonfim, 2017; Durazzo, 2019, 2022), os autores enfatizam a importância da atenção à relação entre línguas, cosmologias e socialidades entre humanos e não humanos. Reforçam que a vitalidade e continuidade das línguas indígenas no Nordeste não se dar apenas por seu uso ocorrer em contextos rituais, mas pelas dimensões ontológicas evidenciadas em meio a processos de luta pela terra, pela vida e por direitos, o que os faz propor que tais línguas e a metarreflexividades sobre elas deve ser abordada como cosmopolítica linguística (Durazzo, 2019) ou como gramáticas cosmopolíticas (Bonfim, 2017). Em sintonia com as propostas da DILI, Durazzo e Meirelles (2025) abordam as dimensões interculturais e cosmopolíticas evidenciadas pelos saberes indígenas sobre línguas-espírito em meio ao engajamento em processos de revitalização e retomada linguísticas.

Por um lado, distante do uso pelo INDL da observação etnográfica como uma técnica que complementa, se necessário, o uso de entrevistas, questionários e documentação audiovisual, enquanto metodologias de coleta de dados, a *etnografia da fala* alinha-se à perspectiva da DILI de escuta atenta de interlocutores (as) através do convívio e da observação participante em situações comunicativas, com foco em discursos e artes verbais (narrativas, relatos, piadas, cantos, conversas, falas políticas). Já as propostas do multinaturalismo linguístico e da cosmopolítica linguística parecem ajudar no sentido da crítica e não imposição de conceitos científicos *a priori* sobre língua e linguagem, gerando atenção para os equívocos e diferenças conceituais e teóricas que dão base a teorias indígenas sobre a linguagem, sem a imposição de juízos sobre os *status* de veracidade (como crenças, imaginação), de epistemologias coloniais e/ou proselitismos religiosos.

Entretanto, um maior alinhamento às propostas da DILI dependerá da busca não apenas por desestabilizar conceitos ocidentais e antropológico-linguísticos (multinaturalismo linguístico), descrevendo analiticamente práticas comunicativas, gêneros e discursos (etnografia da fala), mas também de conceber tais esforços no âmbito da luta integrada por fortalecimento das Línguas-espírito, pelo território, contra a destruição ambiental e pela escuta atenta das vozes ancestrais, dimensões ressaltadas pelos documentos da DILI analisados.

Considerações finais

Tal como estabelecem as propostas da DILI, os processos de retomada linguística e de fortalecimento linguístico postos em prática por diferentes povos indígenas no Brasil vêm impondo a necessidade de recolocar a questão sobre “o que é uma língua” e sobre “outras naturezas da linguagem”. Franchetto (2020) mostra que diversos processos de retomada linguística por povos indígenas estão ocorrendo no Brasil e que se dão geralmente em meio a processos de retomada territorial. São mencionados por Franchetto (2020) os processos de retomada dos Pataxó, Guató, Kaingang, Kiriri na Bahia, do Dzubukwá pelos Kariri-Xocó de Alagoas, e do Tupi nos Potiguara, Tabajara e Tremembé (p. 30).

O protagonismo de linguistas indígenas e lideranças de diferentes povos no GT da DILI vem sendo fundamental para esta virada radical no modo como são pensados e postos em prática os processos de fortalecimento, registro e retomada não de línguas indígenas, mas de Línguas-Espírito por meio das quais os ancestrais conclamam e ensinam caminhos para a luta pela vida, língua, saúde, florestas, territórios.

Face às propostas do GT da DILI, Antropologia e Linguística são desafiadas a interromper a projeção e imposição de conceitos disciplinares que fragmentam fenômenos linguísticos e culturais e atribuem juízos de veracidade a saberes e práticas que dão base a teorias linguísticas ontologicamente distintas das científicas-ocidentalizantes. É possível ver como a proposta de documentação e registro para a patrimonialização do INDL leva a um *silenciamento*, uma operação epistemológica, intencional e sistemática de apagamento e fechamento às concepções e teorias indígenas sobre a linguagem para produzir a objetificação de línguas (língua-como-objeto), constituídas como domínios autônomos a serem salvaguardadas em um livro de registros, acervo catalográfico onde as línguas-objeto são depositadas para, a depender do grau de risco estabelecido pelo (a) especialista e do interesse da gestão governamental, serem beneficiadas com recursos para ações de fortalecimento, independente da situação do território e da luta pela vida e resistência. As propostas de etnografia da linguagem e de multinaturalismo linguístico baseiam-se em um princípio de triagem que, ao afirmar determinados programas de pesquisa e cânones, atenuam a relevância da mistura, da contextualização sócio-histórica, dos diálogos e trocas com os (as) interlocutores (as) nas comunidades em luta por direitos e pela autodeterminação epistemológica.

No caso das perspectivas da etnografia da fala e do multinaturalismo linguístico, é fundamental que tais ações não sejam entendidas apenas como projetos acadêmicos baseados no encontro etnográfico de um (a) especialista com interlocutores não especialistas. Para escutar as Línguas-espírito, o processo coletivo de mobilização

para o fortalecimento das línguas não pode ter apenas como valor a crítica a conceitos euroamericanos para reestabelecer o projeto Antropológico ou Linguístico de saber enquanto campos disciplinares, como parece ser o escopo da proposta do multinaturalismo linguístico filiado à Virada ontológica.

A própria dicotomia especialista/não especialista deve ser rompida já que a própria Língua-espírito e os ancestrais são sujeitos do fazer a conchamar os viventes, indígenas e não indígenas para, através de suas vozes e estudos/aprendizados, contraporem-se à violência ambiental e à expropriação da terra indígena que é a expropriação do próprio corpo e vida indígena/humana/mais que humana do planeta. Aliar-se às Línguas-Espírito e não apenas a projetos acadêmico-governamentais faz-se fundamental para o engajamento conjunto no levante, humano e mais que humano, de fortalecimento de línguas, vozes, sopros e gritos necessários à contraposição à destruição das línguas, vidas, memórias, animais, plantas e paisagens.

Referências

Rubim, Altaci; Bonfim, Anari; Meirelles, Sâmela (2022). Década internacional das línguas indígenas no Brasil: o levante e o protagonismo indígena na construção de políticas linguísticas. *Work. Pap. Linguist.* 23(2), pp.154-177.

Bonfim, Evandro (2017). Kurâ Itanro: Cosmopolítica e Língua entre os Bakairi. *Revista Ñanduty*, 5(6), pp.30-36.

Coseriu, Eugenio (2016). *La semántica en la lingüística del siglo XX: tendencias y escuelas*. Madrid: Arco/Libros.

Década Internacional das Línguas Indígenas (2022). Na Carta de Belém das Línguas dos povos indígenas do Brasil. In. *Seminário Viva Língua Viva* de 22/11/2022, Belém. Disponível em: <https://www.decadalinguasindigenasbr.com>; Acesso em: 10 de março de 2025.

Década Internacional das Línguas Indígenas (2023a). *Diretrizes para a criação de políticas linguísticas para o fortalecimento das línguas indígenas no Brasil*. Manaus. Disponível em: <https://www.decadalinguasindigenasbr.com>; Acesso em: 10 de março de 2025

Década Internacional das Línguas Indígenas (2023b). *Propostas do GT Nacional da Década das Línguas Indígenas para subsidiar o Departamento de Línguas e Memória Indígena*. Disponível em: <https://www.decadalinguasindigenasbr.com>; Acesso em: 10 de março de 2025.

Duranti, Alessandro (2009). Linguistic Anthropology: History, Ideas and Issues. In A. Duranti (ed.), *Linguistic Anthropology: a reader*. (pp.01-38). Oxford: Blackwell.

- Duranti, Alessandro (2000). *Antropología lingüística*. Madrid: Cambridge University Press.
- Duranti, Alessandro (1997). *Linguistic Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Durazzo, Leandro. (2019). *Cosmopolíticas Tuxá: conhecimentos, ritual e educação a partir da autodemarcação de Dzorobabé*. Tese de doutorado. PPGAS/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil.
- Durazzo, Leandro. (2022). O estatuto encantado das línguas indígenas: comunicação mais-que-humana e revitalização linguística. In: C. G. Severo (ed.). *Políticas e direitos linguísticos: revisões teóricas, tema atuais e propostas didáticas* (pp. 149-168). SP: Pontes Editores.
- Durazzo, Leandro & Bonfim, Evandro. (2023). A área etnolinguística das línguas encantadas. In C. Severo & M. Buzato (ed.), *Cosmopolítica e linguagem* (pp.129-141). Araraquara: Letraria.
- Franchetto, Bruna (2020). Língua(s): Cosmopolíticas, micropolíticas, macropolíticas. *Campos*, 21(1), pp. 21-36.
- Gumperz, John J. (1968). The speech community. In: A. Duranti (ed.), *Linguistic Anthropology: a reader*. Oxford: Blackwell.
- Hauck, Jan & Heurich, Guilherme (2018). Language in the Amerindian imagination: An inquiry into linguistic natures. *Language & Communication*, 63, pp. 01- 08.
- Hauck, Jan David (2023). A linguagem de outro jeito: as naturezas linguísticas e o desafio ontológico. In: C. Severo & M. Buzato (ed.), *Cosmopolítica e linguagem* (pp. 41-75). Araraquara: Letraria.
- Hymes, Dell (1964). La Sociolingüística y la etnografía del habla. In E. Ardener (ed.), *Antropología social y lenguaje* (pp.115-152). Cambridge: Cambridge University Press.
- Holbraad, Martin & Pedersen, Morten Axel (2017). *The ontological turn: An anthropological exposition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2016). *Guia de pesquisa e documentação para o INDL: patrimônio cultural e diversidade linguística / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília-DF.
- Meirelles, Sâmela & Durazzo, Leandro. (2025). Spirit languages, sacred sciences. In V. Tavares (ed.), *Researching Interculturality in Post-Colonial Contexts* (pp.130-144). New York: Routledge.

- Ramos, Danilo Paiva. (2023). A escuta dos sopros: xamanismo e proposições ontológicas sobre a linguagem no Alto Rio Negro. In A. Barcelos Neto; L. Pérez-Gil & D. P. Ramos (ed.), *Xamanismos ameríndios: expressões sensíveis e ações cosmopolíticas* (pp.157-188). São Paulo: Hedra.
- Rodrigues, Aryon D. (1993). Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *D.E.L.T.A.*, 9(1), pp. 83-103.
- Rumsey, Alan (1990). Wording, meaning and linguistic ideology. *American anthropologist*, 92, pp. 346-361.
- Seki, Lucy (1999). A linguística indígena do Brasil. *D.E.L.T.A.*, 15, pp. 257-290.
- Sherzer, Joel. (1987). A Discourse-Centered Approach to Language and Culture. *American Anthropologist*, 89, pp. 295 - 309.
- Silverstein, Michael (1996). Monoglot “standard” in America. In D. Brenneis & R. Macaulay (ed), *The Matrix of language* (pp.288-306). Oxford: Westview Press.
- Viveiros de Castro, Eduardo (2004). Perspectivist Anthropology and the Method of Controlled Equivocation. *Tipití*, 2(1), pp. 03-20.
- Viveiros de Castro, Eduardo (2025). Who is afraid of the ontological wolf. *The Cambridge Journal of Anthropology*, 33(1), pp. 01-17.
- Unesco (2006). Endangered Languages. *The Intangible Heritage Messenger*. Paris: Unesco.
- Woolard, Kathryn (1991). Language ideology: issues and approaches. *Pragmatics*. 2(3), pp. 235-249.

Recebido em 15 de fevereiro de 2025.

Aceito em 15 de julho de 2025.

A Antropologia e a Década Internacional das Línguas Indígenas: questões de ontologia e linguagem

Resumo

Diante da situação crítica de eminente perda de extenso patrimônio linguístico e cultural da humanidade, foi instituída pela Assembleia Geral das Nações Unidas a Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI) para o decênio 2022-2032. A DILI tem como o lema “Nada para nós sem nós”, afirmado na “Declaração de Los Pinos – Chapoltepek”, que estabelece a participação efetiva dos povos indígenas nos processos de tomada de decisão, consulta, planejamento e implementação como princípios norteadores da iniciativa. Nesse contexto, foi elaborado o Plano Nacional da Década das Línguas Indígenas que explica os objetivos, metas, ações e organização no Brasil, com a criação do GT Nacional das Línguas Indígenas e mais dois outros grupos de trabalho que chamam atenção para formas pouco documentadas da diversidade linguística ameríndia no país: o Português dos Povos Indígenas e das Línguas de Sinais Indígenas. Tomando como ponto de partida a proposta do GT nacional da Década Internacional das Línguas Indígenas, o presente trabalho busca sinalizar possibilidades de diálogo da Antropologia com a DILI através das perspectivas da etnografia da fala/comunicação e da abordagem ontológica nos estudos sobre linguagem para um entendimento do multinaturalismo e das dimensões cosmopolíticas envolvidas em processos de registro, retomada/revitalização linguísticas e documentação/fortalecimento de artes verbais indígenas.

Palavras-chave: Línguas Indígenas; Ontologia e Linguagem; Etnografia da Fala; Década Internacional das Línguas Indígenas.

Anthropology and the International Decade of Indigenous Languages: questions of ontology and language

Abstract

Faced with the critical situation of imminent loss of humanity's extensive linguistic and cultural heritage, the United Nations General Assembly established the International Decade of Indigenous Languages (IDIL) for the decade 2022-2032. IDIL's motto is "Nothing for us without us," stated in the "Los Pinos-Chapoltepek Declaration," which establishes the effective participation of indigenous peoples in decision-making, consultation, planning, and implementation processes as guiding principles of the initiative. In this context, the National Plan for the Decade of Indigenous Languages was drawn up, explaining the objectives, goals, actions and organization in Brazil, with the creation of the National Working Group on Indigenous Languages and two other working groups that draw attention to poorly documented forms of Amerindian linguistic diversity in the country: Indigenous Peoples' Portuguese and Indigenous Sign Languages. Taking as a starting point, the proposal of the IDIL national WG, this work seeks to signal possibilities for dialogue between Anthropology and IDIL through the perspectives of the ethnography of speech/communication and the ontological approach in language studies for an understanding of multinaturalism and the cosmopolitical dimensions involved in processes of registration, linguistic recovery/revitalization and documentation/strengthening of indigenous verbal arts.

Keywords: Indigenous Languages; Ontology and Language; Ethnography of Speaking; International Decade of Indigenous Languages.